

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

ATA

66ª Reunião da Câmara Técnica

Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos - CTPLAGRHI DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT

7 **Data:** 14 de junho de 2019

8 **Local:** FATEC TATUÍ

9 Rod. Mario Batista Mori, 971 - Jardim Aeroporto, Tatuí-SP.

10 A Câmara Técnica CTPLAGRHI reuniu seus membros e convidados, na pauta:

11 1) Informes;

12 2) Aprovação da Ata da 64ª reunião realizada em 03 de maio de 2019;

13 3) Avaliação dos pleitos FEHIDRO - Edital 2019.

14 André Cordeiro Alves dos Santos (Prof. Dr. UFSCAR e Coordenador da CTPLAGRHI), abriu a reunião dando as boas-vindas e agradecendo as presenças. Solicitou para todos assinarem a lista de presença.

17
18 Pelo item Informes, James Martins (Diretor Técnico da FABHSMT), distribuiu o material da
19 planilha com os pleitos em análise e disse que estavam mantendo diversos contatos pela rede
20 social pelo grupo Whats, solicitou desconsiderar o valor total da planilha, que era cerca de R\$
21 39 milhões, sendo que, depois de analisado e a ranqueado iriam compor a Deliberação, que
22 não poderia ser descumprida, como instrumento legal, “não pode ser modificado e será
23 publicado no Diário oficial do Estado, inclusive os centavos, solicito então a atenção de todos
24 porque o valor que vale é o da Deliberação”. André disse que estavam reunidos com o
25 objetivo de avaliar os pleitos, de forma conjunta, e cada Câmara analisaria, em sala separada,
26 desejasse CTSAN, CTPLAGRI e na outra CTPA e CTEEA, devendo ficar mais pessoas na
27 CTSAN porque havia mais projetos para avaliar. Distribuiu a planilha com todos os projetos
28 ano de 2017, contendo a devida situação, para verificarem o envio anterior do projeto, porque
29 se foi cancelado precisariam saber o motivo, além disso constava do material para análise
30 MPO FEHIDRO e a nova tabela de PDCs e subPDCs. Disse que qualquer projeto que sai um
31 pouco da definição dos PDCs poderia voltar, que os recursos disponíveis estavam mais ou
32 menos na metade da demanda dos projetos, então deveriam realmente fazer uma boa análise e
33 provavelmente deixar para outro momento alguns projetos e poderiam até nas CTs executar o
34 ranqueamento dos projetos. André Navarro (SIMA) propôs análise por critérios objetivos,
35 tendo em vista também as dificuldades pelo retorno de projetos: 1-análise técnica e
36 administrativa, por tipologia de empreendimentos; 2-prioridade por PDC, obedecendo
37 instruções da CRHI na distribuição dos percentuais pelos PDCs em 60%, 25% e 15%; 3-
38 considerar a Deliberação em seu Artigo 4º sobre a avaliação em duas etapas pelo mérito em
39 concordância com o Plano de bacia e normas FEHIDRO, e o Plano de ação do Plano de bacia;
40 4-Deliberação no Artigo 6º quando diz que o Tomador que não atender os requisitos
41 constantes dos parágrafos 5º ao 8º, devendo entregar documentação, a cópia de edital
42 aprovado e o Relatório final bem como os produtos com 10 cópias de qualquer publicação e
43 todos deverão apresentar os resultados de seis meses a um ano, devendo ser cumpridas as
44 exigências. Disse que talvez não conseguiriam realizar uma análise nessas bases na presente
45 reunião, mas poderiam realizar em uma próxima reunião e também com a hierarquização. Na
46 participação dos membros da CT disseram que de certa forma o Comitê já executava assim, e

47 Wendell Rodrigues, Vice-presidente do Comitê e Coordenador da CTSUN, disse que ocorriam
48 apresentações, André disse que o problema também ocorre porque a Câmara técnica tem
49 muitos temas para analisar, e seria impossível também em uma Plenária do Comitê, Rosângela
50 A. César (CETESB) disse que poderiam idealizar em um evento, como já foi sugerido pelo
51 Comitê. Wendell, diz que havia uma caixa contendo os projetos concluídos e com relação aos
52 PDCs, no ano anterior ficaram em dúvida com respeito aos projetos de drenagem, mas foi
53 recomendado para todos, no dia anterior, que drenagem está no PDC 7, qualquer drenagem,
54 acabando a discussão, e que além disso os projetos já seguem um caminho. James informou
55 que até 15 de agosto sairia uma Deliberação, segundo levantamento da Coordenadoria, e seria
56 possível uma segunda chamada de projetos, para o segundo Edital FEHIDRO, a ser deliberado
57 em plenária do Comitê, com as devidas avaliações nas Câmaras técnicas, disse “propomos que
58 os projetos que não fossem hierarquizados poderiam ficar para o segundo edital ainda no ano,
59 sem apresentar novos pleitos no ano, no período 15 de agosto a 30 de setembro.” Com
60 recursos dos projetos que não conseguiram contratação, no montante aproximado de R\$10
61 milhões, devendo ser indicados até setembro. André Navarro disse que se não foram
62 contratados deveriam avaliar bem. Foi dito que poderiam priorizar dentre os 14 projetos que
63 sobraram. André diz que deveriam esperar os acontecimentos, porque no ano anterior
64 batalharam o ano todo para conseguirem um orçamento fechado, sendo que alguns projetos
65 muitas vezes voltam não por problemas do tomador, mas do Agente técnico. Raquel (SIMA)
66 disse, “mas tomador atrasa a entrega e entrega documentos errados”, André disse que não
67 conseguiriam fazer essa análise no momento.

68 Jodhi Jefferson Allonso (SIMA-DAEE), Secretário Executivo do Comitê, disse que conversou
69 com Rui Brasil na CRHi, existem 16 projetos do ano de 2018 com pedidos de
70 complementação segundo a avaliação do Agente técnico, e os tomadores não cumpriram,
71 porém o prazo está acabando, esses projetos poderiam ser cancelados se não fosse atendido
72 pedido de complementação, o que significaria a ordem de R\$ 10 milhões e, devem retornar
73 para o Comitê. André disse que não necessariamente os projetos que voltam estão
74 relacionados à qualidade dos projetos. Rosângela diz que talvez caberia uma ação do Comitê
75 chamando os tomadores perguntando qual o procedimento que pretendem adotar, se fariam a
76 complementação e então o Comitê poderia tomar sua decisão, baseado na manifestação dos
77 tomadores. Cláudio diz que também recebeu a lista, foi pedido complementação e atenderam,
78 ou seja, alguns atenderam. Roberto (FABHSMT) diz que podem ter passado uma relação lá
79 atrás. James disse que o Agente técnico tem até 30 de junho para se manifestar, e ele pode
80 dizer se o projeto vai ou não para frente. O Secretário diz que pode ser que no meio tempo
81 pelo levantamento que fizeram, refletia aquela situação do momento, então podem não ser
82 todos os 16, não significa que todos serão cancelados. André perguntou se estaria na lista o
83 tomador SOS Ituparanga, o Secretário disse que esse era outro caso, e André explicou que
84 no caso o que aconteceu com o projeto foi claramente erro, apenas de digitação, e a sugestão
85 foi para emitir uma Deliberação corrigindo o valor para o projeto poder ter continuidade, o que
86 é de interesse do Comitê, para a região de Ituparanga. Eleusa Maria (OAB Votorantim),
87 Coordenadora da CTPA, diz que o projeto estava muito bom, o Secretário disse que
88 conversaram e se for somente isso podem fazer uma errata. Wendell reiterou que seria
89 necessário somente a errata, nada mais. André também informou sobre a Segunda audiência
90 pública, em Porto Feliz, com a saída programada para o Prédio das Águas. Solicitou para os
91 integrantes da comissão de análise do prédio, estar no local mais cedo para nova avaliação no
92 prédio das Águas, com uma nova visita. Wendell informou que esteve em reunião do grupo

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

93 Vertente do Tietê. Já realizaram diversas reuniões, incluindo uma mobilização no final do ano
94 anterior, sendo que uma das últimas atividades foi na elaboração de um documento para ser
95 entregue ao Governo do Estado, e retomaram com nova reunião no final do mês anterior sendo
96 que Geraldo Garcia, Prefeito de Salto, solicitou reunião com o Secretário de meio ambiente a
97 respeito dos problemas da poluição no rio Tietê, em Salto. Comunicou que a reunião foi muito
98 positiva, disse "porque os crimes ambientais precisam acabar, a CETESB multa e a EMAE
99 recorre, e vem do Alto Tietê aquela desgraça toda, vem principalmente para Salto, aquela lama
100 preta, esgoto e lixo, e para piorar, está tendo problemas lá embaixo, começou mortandade de
101 peixes no baixo Tietê, coisa que não tínhamos", assim, foi criado um Grupo que se reuniu no
102 dia anterior, com a participação do CBH-SMT e membros do Estado, sendo formado um
103 grupo menor com participação do Comitê, Secretário-executivo, SABESP, CETESB, EMAE,
104 tendo prazo de 90 dias para produzir resultados, a partir do dia anterior. André disse que não
105 pode comparecer no dia 12, mas Maria Lucia Amary, Deputada Estadual, solicitou audiência
106 com o Secretário de meio ambiente, Penedo, conjuntamente com Viviane da SOS
107 Itupararanga, Iara Bernardes e um Vereador de Sorocaba, para tratar do tema represa
108 Itupararanga e a questão do tratamento dos esgotos que drenam para a represa. Disse "o que
109 mais assustou foi que a SABESP disse que, depois de 5 anos terão apenas o plano para
110 tratamento, foi uma discussão mais pesada, disseram que as obras em Ibiúna devem terminar
111 até o final do ano que vem, mas os problemas também estão em Vargem Grande Paulista e
112 Caucaia do Alto." Também solicitaram a criação do Parque na várzea de Itupararanga para ser
113 transformado em Unidade de conservação restritiva, na área alagada, e segundo informações o
114 projeto vai passar, e apontou que essa realmente foi a única questão prática selada na reunião.
115 James solicitou que todos assinassem a lista de presença. Eleusa Maria informou que segunda-
116 feira estava agendada a segunda Audiência pública em Porto Feliz, e depois agendariam uma
117 nova reunião da CTPA para elaborarem a minuta da Deliberação, sobre áreas de restrição e
118 controle no município, provavelmente agendariam reunião para o dia 28 de junho. André
119 propôs para dia 05 de julho, provavelmente em Sorocaba a realização da próxima reunião da
120 CTPLAGRHI, e provavelmente agendariam uma reunião exclusiva para análise do Relatório
121 de Situação do Comitê. Solicitou que cada Câmara técnica ocupasse uma sala separada, para a
122 análise dos projetos pertinentes à cada CT. Também sugeriu como método de trabalho, que
123 poderiam verificar projeto por projeto discutirem, e depois poderiam partir para um
124 ranqueamento final. André Navarro disse que trouxe como convidado os Agentes técnicos e o
125 Coordenador diz que quanto mais pessoas para ajudar seria melhor. O primeiro projeto
126 analisado, do Tomador Fundação de Apoio a Tecnologia-FAT, projeto Ampliação do Sistema
127 Integrado de Informações Meteorológicas Aplicáveis a UGRHI10. O Coordenador disse que a
128 FAT teve programa semelhante há alguns anos e agora pretendem realizar a integração. Maria
129 do Carmo Lopes (FATEC-Tatuí) diz que conseguiram formatar e estruturar o sistema e que
130 apesar da rede ser coesa não está propiciando os benefícios para bacia, então a ideia é de
131 ampliação, melhorando o monitoramento em uma área maior para realmente conseguirem
132 mais eficiência com o monitoramento, disse "e agora tem a possibilidade de conseguir os
133 dados do sistema público com a intenção de ampliar para efetivamente tornar uma rede."
134 Rosângela César disse que há um projeto da FCTH, cujo órgão gestor é o DAEE, responsável
135 pelos dados, para realizar a avaliação do sistema com os dados integrados podendo ser
136 utilizado na bacia, como uma espécie de padrão, então o projeto seria responsável pela
137 integração, colocando sua opinião que todos os projetos deveriam estar integrados nesse que
138 seria, como se fosse, o guarda-chuva. Maria do Carmo disse que já estava sendo feito e

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

139 Rosângela disse que então não poderia se chamar sistema integrado, seria interessante antes de
140 ser analisado pelo Comitê passar pelo DAEE para se adequar a esse sistema de informação
141 maior e Maria do Carmo disse que a forma de trabalhar com os dados disponibilizados é o que
142 estava sendo o grande problema, mas poderiam formalizar um Termo de cooperação, e seria
143 muito importante para os municípios que têm uma rede mais coesa e relevante, porque não
144 seria interessante para o Comitê os dados ficarem só na Instituição, deu a certeza que o
145 vínculo seria executado. Rosângela disse que foi solicitado enviar o projeto em arquivo Pdf,
146 escaneado, para análise. André disse que o DAEE também está entrando com um projeto de
147 monitoramento on line. Rosângela disse que seria a continuidade do projeto, para todo o
148 sistema, e André disse que deveria analisar de forma a não sobrepor. Anderson (FATEC-
149 Tatuí) disse que foi realizado para o de chuvas pegando o mapa de cobertura para realizar
150 onde não havia estações, na ideia do monitoramento, e realizariam um portal para
151 complementar o adensamento, na primeira fase, aumentando o gerenciamento, disse “pode
152 acontecer, para determinado município, dizerem que já tem planos de colocar em determinado
153 local, então poderiam colocar em outro local, além do que o projeto já prevê a estação.”
154 Rosângela disse que deveriam enviar o projeto para verificarem, evitando sobreposição DE
155 ações. Anderson disse sobre a grande ideia do projeto, a partir da Sala de Situação, poderiam
156 centralizar todas as informações e teriam um link, com a gestão da operacionalização das
157 estações e da informação, tudo disponibilizado por um link, para os diversos usos, e que a
158 questão da parceria seria complementar, salientando que não faz parte do projeto, ou para a
159 Instituição, manutenção da rede. Rosângela disse que a ideia era para cada um ficar com a sua
160 rede, mas as redes deveriam estar integradas. Anderson disse que seriam projetos
161 complementares. André-Navarro diz que seria importante constar o prazo de complementação.
162 André disse sobre o valor pleiteado, da necessidade de integração com o DAEE, e talvez até
163 mesmo da necessidade de uma carta de intenção, evitando a demora da tramitação jurídica,
164 pelo menos constando um ofício do DAEE, o que já seria suficiente para a análise da CT, ou
165 um Termo de Cooperação, enfim, deveria ter documentação formalizando as tratativas. André
166 Navarro SIMA disse que pelo levantamento, verificaram a carência. Rosângela disse que então
167 haveria a manifestação do DAEE, comunicando na próxima reunião os ajustes necessários, e
168 André complementou "vai que existe alguma coisa no projeto de vocês que impeça a
169 complementação dos dados." Analisaram o segundo projeto, do Tomador Fundação de Apoio
170 a Tecnologia-FAT, Sistema Integrado de Informações Fluviométricas. Maria do Carmo disse
171 que seria um no rio Sorocaba, que recebe o rio Tatuí, assim conseguiriam em uma única região
172 ter o monitoramento da qualidade de água em integração com a SABESP posicionando os
173 equipamentos. André disse que os recursos seriam para compra do equipamento e lembrou que
174 tinham equipamento semelhante instalado no rio Una, formador do rio Sorocaba, nas
175 cabeceiras, pela UNESP-Sorocaba, comentou também sobre o interesse dos dados que podem
176 gerar pesquisas. André Navarro disse que seria interessante especificar onde estariam os
177 equipamentos para “conversar” com as redes, e recomendou que deveriam encaminhar o pleito
178 para a avaliação do DAEE com o Engenheiro Gré, e também deveriam retirar o termo
179 "Integrado". FEPAF- Botucatu, Monitoramento da qualidade de Corpos de Água para
180 contaminantes emergentes, no valor pleiteado aproximado de R\$500.000, projeto que prevê a
181 maior parte dos recursos para a compra de equipamentos. André diz que o projeto já tinha sido
182 pleiteado, mas não sabia por que não foi aprovado, acreditava que os contaminantes referidos
183 no projeto deveriam estar na linha dos agrotóxicos, microplásticos e fármacos, ou hormônios.
184 André Navarro diz que normalmente a CETESB solicita que seja seguido um modelo como

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

185 roteiro para a elaboração, pré-requisito, identificando por exemplo os parâmetros. Rosângela
186 diz que seria interessante verificarem o que houve com o projeto quando apresentado
187 anteriormente, no Agente técnico, o motivo do cancelamento, e, se ocorreu, anteriormente.
188 James disse que no histórico poderia verificar o status do projeto. André disse que não
189 constavam os locais de monitoramento, não foram definidos, como também os parâmetros, e
190 que se tratava de um equipamento de nova tecnologia, um novo sensor capaz de identificar
191 hormônios na água, identificando sem qualificar, e disse que, em complementação, seria
192 interessante o diálogo com a CETESB definindo especificamente os pontos de monitoramento
193 na UGRHI-10, e também atender o padrão de monitoramento, a periodicidade, e a integração
194 na rede da CETESB, assim como seria interessante responder por escrito o que foi alterado a
195 partir do projeto anterior desde a última avaliação do Agente técnico. Rosângela sugeriu
196 anexar a última análise com o parecer técnico do Agente técnico, solicitando esclarecer o que
197 foi realizado para corrigir o anterior parecer. Também seria interessante verificar as
198 necessidades do Comitê e não apenas os da Instituição, disse também que apresentaram o
199 projeto no ano de 2017, utilizando nano sensores, em um documento com total de 3 páginas de
200 avaliação, leu parte do parecer técnico da CETESB: "por meio do qual o Agente técnico se
201 manifesta desfavoravelmente para a concessão de financiamento a essa Fundação para
202 monitoramento de qualidade dos corpos d'água para os contaminantes Emergentes. [...]
203 Conclusão: o tema apresentado pelo empreendimento é de extrema importância para avaliação
204 de qualidade em relação a presença de contaminantes emergentes, porém carece de
205 embasamento técnico-científico e relação ao método proposto para quantificação e
206 qualificação de contaminantes emergentes, e a forma de avaliação dos resultados obtidos.
207 Apesar de a equipe demonstrar que possui experiência no desenvolvimento de sensores, não
208 foram apresentados dados suficientes que comprovem que a técnica sugerida seja conhecida e
209 utilizada para identificação e quantificação de contaminantes emergentes, e nem a existência
210 de publicações em relação a validação da técnica analítica para a determinação dos
211 contaminantes em amostras ambientais e que forneçam uma garantia mínima para a qualidade
212 da análise dos dados analíticos gerados pelo estudo. Concluímos que o empreendimento não
213 apresenta viabilidade técnica em relação à parte analítica proposta e também por não possuir
214 técnica para avaliação dos resultados em relação à toxicidade e outros níveis tóxicos para pelo
215 qual é proposto o empreendimento." Garcia (DAEE) disse que é importante observar as
216 questões analisadas pelos Agentes técnicos, e que sempre tentam encontrar alguma saída para
217 viabilizar, portanto seria bem melhor alertar visando a correção, inclusive com a preocupação
218 que o Agente técnico sempre tem que ter elementos para sua análise, não necessariamente para
219 excluir mas, para adequar a proposta, e perguntou inclusive se o projeto teria aspectos
220 quantitativos. Maria do Carmo disse que acreditava que sim. FABHSMT, projeto Serviços
221 especializados para apoio às atividades de Gestão e de fiscalização dos usos e interferências
222 em Recursos Hídricos na Bacia do Rio Sorocaba e médio Tietê no valor de R\$ 1.6086,84 sem
223 contrapartida por ser da Fundação. André diz que devem corrigir, pois a UGRHI do Comitê é
224 a UGRHI 10. O projeto basicamente seria para a contratação de uma empresa que forneça
225 suporte técnico às atividades do DAEE, e que a discussão maior seria pelo valor, apesar de ser
226 no tempo de execução por dois anos, disse "a sociedade civil reclama muito de projetos como
227 esses, porque na verdade estão pagando recursos do Comitê para o Estado fazer o serviço que
228 é dele, porque essa na verdade é a atividade do DAEE, e em vez de fazer atividade própria
229 dele vai utilizar o dinheiro do Comitê para fazer a sua própria função fim. Entendo, ao mesmo
230 tempo, que os órgãos de fiscalização do Estado estão sendo depreciados, estão sem pessoal e

231 sem condições de realizar sua atividade, para aquilo que são previstos, é uma verdade, há
232 menos funcionários do que precisam, ao mesmo tempo há essa discussão, porque esse dinheiro
233 não é para ser utilizado pelo próprio Estado. É uma questão para discussão. Estou aqui falando
234 como o advogado do diabo." Garcia disse que fizeram a discussão no Comitê PCJ, "é uma
235 opção do Comitê, se entender que o apoio é importante, para avanço da gestão da bacia."
236 André Navarro disse que o projeto aumentaria a base de dados, o projeto já foi desenvolvido
237 no Comitê PCJ, já existe há 4 anos. Garcia esclareceu que o projeto, no comitê PCJ tem
238 diferenças, porque utilizam os recursos da cobrança Federal, disse "não gostaríamos de entrar
239 nessa discussão, vou aumentar a base de dados e vão aumentar a cobrança, não
240 necessariamente, em proporção significativa, não estamos dizendo que o objeto principal seja
241 implementar o banco da cobrança para aumentar a receita, fica claro que isso é adicional,
242 sobretudo na bacia do Sorocaba onde está mais no começo. O que estamos dizendo é o
243 seguinte: o Comitê pretende apoiar as ações do DAEE porque é importante para a gestão dos
244 recursos hídricos, ou, o Comitê, se satisfaz com aquilo que o Estado está disponibilizando, ou,
245 auxílio a Diretoria para avançar nas medidas. Porque o que o DAEE fez recentemente, isso
246 está um pouco mais detalhado no projeto, foram medidas para a desburocratização, e uma
247 série de alterações para facilitar o acesso do prontuário à outorga para conseguir trazer, porque
248 não importa tanto o detalhamento, para estar no banco de dados, o importante é saber onde o
249 usuário está, onde está sendo feito aquele uso, para que eu possa monitorar e fiscalizar. O que
250 foi feito recentemente, primeiro começou lá, na obrigatoriedade de instalação de hidrômetros e
251 disponibilização de sistema para a declaração de medições, quando estamos dizendo: facilite o
252 acesso para a outorga, e já passamos por aquela fase de projetos com um grande detalhamento,
253 que tornavam os processos absurdamente burocráticos, então estamos dizendo: já passamos
254 pela fase de ensinar a fazer, agora os consultores já estão habilitados, há projetos,
255 dimensionamentos e demandas, agora devem enviar as informações necessárias, como a
256 vazão, estrutura e assim por diante. O DAEE acredita na declaração, e coloca na base de
257 dados, porque não dá para fazer sem saber onde estão os usos e interferências. Isso tudo foi
258 desburocratizado, acelerou absurdamente a produção da outorga e por outro lado, criou um
259 mecanismo para facilitar o monitoramento dos usos, óbvio, através do Declaratório, porque
260 não temos condições de sair por aí fazendo as medições de todos os hidrômetros. Portanto
261 virou um mecanismo autodeclaratório, disponibilizando o sistema online, portanto esse
262 empreendimento tem a função de auxiliar na fiscalização, porque senão não tenho o acesso ao
263 usuário e continuo fazendo a gestão e trabalhando com os números que não são consistentes."
264 André perguntou sobre a contratação da empresa, Garcia disse que a empresa a ser contratada
265 vai disponibilizar um veículo, acessórios e equipamentos de informática, e André Navarro
266 disse que não se tratava da compra de equipamentos, que a empresa estaria sediada em
267 Sorocaba, pelo menos os funcionários deveriam atuar dentro do Escritório, nas instalações do
268 DAEE, em Sorocaba, e a Diretoria teria essa disponibilidade porque no território de gestão do
269 DAEE só há uma unidade, mas a Diretoria pertence às duas UGRHIs, todo processo de
270 Sorocaba é analisado em Piracicaba. André perguntou se os dados gerados estariam
271 disponíveis, e foi respondido que teriam acesso via Internet, pelo site do DAEE, talvez não
272 tudo atualizado, mas teriam acesso porque a intenção seria contemplar todas as outorgas, pelo
273 sistema eletrônico, apenas alguns aspectos como as travessias, interferências, sinalizações,
274 ainda não estão no sistema eletrônico, e o projeto é para que a equipe da empresa forneça
275 suporte ao processo operacional e no sistema foi criado um perfil para empresas submeter os
276 dados, a serem avaliados. André perguntou novamente se quisessem entrar, atualmente, no site

277 do DAEE para procurar, por exemplo, os maiores captadores de água, se encontraria, porque
278 há algum tempo diziam que não era possível ter acesso aos dados, aproximadamente no ano de
279 2009. Garcia disse que há uma lista de usuários, que inclusive é feita em São Paulo, o registro
280 da outorga, ou da dispensa, apesar de que ainda para alguns processos os dados são
281 confidenciais, precisaria haver o pedido. André disse que o projeto tinha alto custo, e ao
282 mesmo tempo precisava ser realizado, facilitaria o sistema, mas a CT não precisava decidir no
283 momento, e que, o projeto visava na verdade a contratação de uma empresa que executaria o
284 trabalho do próprio DAEE. Garcia disse que se tratava do banco de dados, paralelamente a
285 fiscalização, fundamental, e que, obviamente a Diretoria tinha atuação, mas também limitação.
286 Maria do Carmo diz que a palavra-chave seria conhecimento, Garcia disse que poderia ser
287 disponibilização, procuraram criar toda a operação para uma melhor atuação, que de fato
288 acelerasse a análise. André disse que, dentro do contexto mencionado, acreditava que o projeto
289 seria interessante, tanto que para a construção do Prédio das Águas tiveram, de certa maneira,
290 intuito semelhante, porque se depararam com a situação que até mesmo o antigo Prédio da
291 CETESB Sorocaba era alugado, estava em situações precárias. Garcia disse "só para registrar,
292 para colocar na fundamentação, o Estado, via DAEE, tem tentado se mobilizar, buscando esse
293 movimento, inclusive porque gera um trabalho absurdo, e é preciso criar uma estrutura para
294 conseguir trabalhar dessa forma, porque, por exemplo, a empresa não pode dar parecer técnico
295 de outorga, então você tem que criar todo o mecanismo para a validação e a operação, para ao
296 mesmo tempo não ser um tiro no próprio pé, porque se você faz e tem de passar para outra
297 pessoa que tem o certificado, não há ganho nenhum, então tivemos que criar, existe um
298 modelo de relatório, códigos, para fazer com que a atuação de fato cumpra seu objetivo, para
299 acelerar a análise, ganhar em termos de produtividade, e lá conseguimos isso, mas isso gerou
300 maior trabalho." André Navarro diz que todos os órgãos públicos que obtêm apoio com novos
301 recursos, na verdade o fazem para executar sua função, o que já fazem, com maior
302 competência, e Garcia ressaltou "além disso tem outras ações ocorrendo no DAEE para
303 intensificar a fiscalização, há projetos em andamento, não é só isso que vai ajudar, o
304 movimento é crescente." André diz que realizaram boa defesa do projeto. Tomador FATEC-
305 Tatuí, projeto sistema de captação de água de reuso. André diz que na verdade o projeto se
306 tratava de instalação, de uma obra, sendo necessário o projeto arquitetônico, estrutural.
307 Rosângela diz que o projeto já foi aprovado, tiveram apenas problema com os prazos. Maria
308 do Carmo diz que realmente enfrentaram problemas com a burocracia do Governo do Estado,
309 mas acreditava que o projeto já estava bem detalhado, somente perderam o prazo por motivos
310 burocráticos, porém o projeto já estava pronto, e na atual versão fizeram parceria, com um
311 sistema de medição paralelo, e para tanto solicitaram o apoio da Fundação. Debateram sobre o
312 enquadramento no PDC, André Navarro disse que se enquadrava enquanto racionalização do
313 uso da água, PDC 5.3. Garcia diz que seria interessante analisar como está o projeto e Maria
314 do Carmo diz que a única coisa foi o ajuste de verba no fundo. Tomador Prefeitura de Porto
315 Feliz, projeto Elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão
316 Avecuia em Porto Feliz. A representante do tomador diz que a APA já está estabelecida há um
317 bom tempo, mas nunca teve Plano de manejo. O debate então foi mais restrito à questão da
318 contrapartida e sobre uma melhor explicação sobre o projeto. André disse que precisariam
319 rever o valor da contrapartida, provavelmente poderia ser alocado para a gestão, para custos
320 como a Audiência pública, horas técnicas. Ressaltou que o ribeirão Avecuia é muito
321 importante, atravessando em seu curso o município, e a representante disse que o modelo do
322 plano de manejo está na parte federal e também estadual, André traçou paralelos com a APA

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

323 de Itupararanga, seria necessário pensar nas especialidades e como se tratava no caso de Porto
324 Feliz poderiam influenciar mais o Plano diretor, porque a APA Estadual não tem tanto efeito
325 nos Planos diretores, a representante diz que, sinceramente, a APA não foi muito considerada
326 no Plano diretor. André Navarro, disse nesse sentido, da importância do PDUI, e André disse
327 que o problema é que não foram contemplados os dois municípios mais importantes para a
328 cabeceira, na região de Itupararanga, em São Paulo, Cotia e Vargem Grande Paulista. André
329 resumiu que o projeto se tratava basicamente da contratação de uma empresa para
330 elaboração do Plano de manejo da APA, a representante diz que contemplava também as
331 reuniões da empresa para desenvolver o Plano com o Conselho e as comunidades locais.
332 André disse que seria interessante comparecerem na segunda Audiência pública de Porto Feliz
333 sobre a área contaminada promovida pela CTPA, e teceu críticas sobre o modelo das
334 Audiências públicas, que no final o intuito é mostrar para a população o que está sendo
335 realizado, mas não com o objetivo principal, facilitar a participação e atendimento às
336 reclamações, simplesmente são anotados sem nenhuma obrigação de modificação do
337 empreendimento, portanto, se trata apenas de dar ciência à população em um rito pró-forma.
338 Tomador Prefeitura municipal de Botucatu, projeto Elaboração de Revisão do Plano
339 Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Botucatu. André lembrou que o CERISO
340 está desenvolvendo o projeto para a revisão dos planos municipais, com verba CERISO, mas a
341 Prefeitura de Botucatu não estava consorciada no CERISO. Apontou que o problema principal
342 estava no valor, muito baixo, apesar de entender a necessidade como muito necessária para a
343 revisão, e o projeto provavelmente seria para a contratação de uma empresa, o que acontece
344 normalmente. Também foi colocado que a planilha não estava em conformidade com o
345 projeto, nas fases. Provavelmente o projeto será enquadrado no PDC 1.2. Tomador DAEE,
346 projeto segunda fase do Monitoramento Hidrológico do Monitoramento na bacia Hidrográfica
347 do Sorocaba e Médio Tietê. André disse que o projeto se tratava de continuidade, com duas
348 unidades de medidor, com maior o valor destinado ao software, plataforma de banco de dados,
349 medidor acústico e sonda. Considerou que o projeto era interessante, pois também iria realizar
350 coletas e, basicamente solicitava equipamento, sendo que postos da rede hidrológica básica já
351 são os existentes, provavelmente. Apontou para a questão que alguns dos postos estavam sem
352 atividade há muitos anos, não estava clara exatamente a localização dos postos, gerando
353 dúvida se todos serão reativados e, Rosângela disse que seria mais conveniente solicitar a
354 resposta para o engenheiro Gré. Maria do Carmo diz que se forem todos, teria que constar do
355 cronograma, o projeto necessitava especificar quais serão reativados, ou não, seria necessária a
356 leitura do projeto para maior clareza da proposta, André disse que seria interessante o Comitê
357 analisar e verificar as prioridades dos corpos d'água, Rosângela resumiu “precisamos saber
358 sobre a localização, onde seriam os outros postos, para inclusive pensarem evitando
359 sobreposições de ações. André disse que seria interessante o Engenheiro entrar em diálogos
360 com a FATEC. Tomador GTA-Gerivá, projeto Planejamento Ambiental das Nascentes do
361 Município de Votorantim Cadastro e Avaliação das nascentes por meio de Projeto de
362 avaliação rápida. André disse que era um projeto muito semelhante a outro, executado em
363 Sorocaba, porque há alguns anos muitos municípios fizeram cadastro de nascentes para o
364 projeto Município Verde e Azul, por imagens de satélite, e no caso o solicitante era uma ONG
365 membro do Comitê, pelo PDC 1, subPDC 1.2, sendo necessário verificar o volume de
366 nascentes a que se propõe, e que envolvia muito trabalho de visitas *in loco*, apontando que não
367 havia nenhum óbice ao projeto, sendo que basicamente a ONG iria contratar uma empresa
368 para a realização do trabalho, envolvendo 2 técnicos, 1 consultor e pessoal de campo, com

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

369 aluguel de veículos e disponibilização de computadores. Os membros da CT não apresentaram
370 outras sugestões. Rosângela perguntou se era um projeto que estava voltando e James disse
371 que achava que não, não tinha sido apresentado, pois parecia que anteriormente a prefeitura
372 não forneceu o termo, apesar de haver interesse da prefeitura. André verificou, no histórico
373 que anteriormente o cadastro de nascentes em Votorantim foi cancelado em 2018. Rosângela
374 diz que seria interessante entrar em contato com o Agente técnico anterior. Raquel (SIMA)
375 também diz que não se lembrava do projeto, analisavam mais projetos de recuperação de
376 nascentes. James disse que seria interessante prestar atenção porque em alguns outros casos,
377 como em Tatuí, lançaram licitação, mas deu deserto, porque o preço era de 3 anos anteriores.
378 Raquel disse que havia um projeto em que não havia licença, nem CAR, e não conseguiram
379 convencer os proprietários para executar o projeto. FABHSMT, projeto Sala de Situação -
380 Desenvolvimento do Modelo Conceitual, no valor aproximado de R\$ 700.000. André disse
381 que ficou definido a execução do projeto conceitual, definindo quais serão os dados e a
382 disponibilização, sendo então o projeto atual a fase anterior à compra de equipamentos.
383 Rosângela disse que estava na mão de técnicos específicos, semelhante ao projeto
384 desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente, "antes da montagem precisam de uma
385 discussão de como será, com todos, semelhante a construção de uma casa, primeiro discute o
386 projeto. Não será apenas monitoramento da quantidade, precisa reunir outros dados, na
387 semelhança do sistema de informações de bacia hidrográfica, necessitam de uma plataforma
388 para a transparência, também não sabem ainda se o usuário está longe e ele terá que acessar
389 através de um link, ou se deveriam ir até à sala, porque atualmente não há sentido para esses
390 deslocamentos. Os dados precisam ser consistentes." André diz que precisaria analisar o PDC,
391 devendo ser o PDC 1.2, e Rosângela disse que o orçamento precisa vir também dos
392 profissionais, dos técnicos, sendo que há poucos consultores que trabalham com essa
393 atividade, e se tratava de um passo anterior à arquitetura do sistema. André disse que poderiam
394 se espelhar na sala de situação de Votorantim e precisariam também analisar bem a questão da
395 integração dos dados, em uma única plataforma, inclusive para que qualquer usuário da bacia
396 pudesse acessar, inclusive para fins de pesquisa. Rosângela diz que o Comitê precisa definir o
397 conteúdo de dados da Sala de Situação, fornecendo a proposta. Maria do Carmo disse que
398 seria necessário esclarecer a entrada de dados, tratamento e análise dos dados. Finalizando a
399 reunião o Coordenador disse que não excluam nenhum projeto, dirigiram para as necessárias
400 complementações, e sobre os prazos, se não trouxessem as complementações, o projeto
401 poderia ser cancelado, destacando o prazo de segunda-feira dia 01 de julho como data final
402 para a entrega das complementações. Na sequência estabeleceram datas para o cronograma de
403 atividades: James disse que a empresa contratada para executar o Relatório de Situação
404 solicitou agenda para reuniões nos dias 27 e 28 de junho, pelo UGP, e André sugeriu que as
405 representantes da empresa estivessem também na reunião plenária do Comitê, o que seria
406 muito útil inclusive para conhecerem um pouco mais a região; a segunda Audiência pública
407 em Porto Feliz já estava agendada para o dia 17/06, pela CTPA; reuniões da CTPA/CTSAN
408 no dia 24/06; CTPLAGRHI 04 e 12/07; reunião plenária do Comitê 25/07 e UGP 27 e 28 de
409 junho.
410 Tendo sido cumprida a pauta e não havendo outros assuntos André Cordeiro, Coordenador da
411 CTPLAGRHI, agradeceu as presenças e encerrou a reunião. Esta ata foi taquigrafada pelo
412 taquígrafo Dartan Gravina.